

revisão efetuada ao Código de Trabalho em 2009, permitiu-se fazer caducar diversas convenções.

Propomos que esta norma seja anulada por convenção coletiva de forma a impedir que a mesma caduque.

**ESCREVE AS TUAS PROPOSTAS
ENTREGA AO TEU DELEGADO OU DIRIGENTE SINDICAL**
(ou através do mail: strup@strup.pt)



FECTRANS CGTP-IN



**PROJECTO DE
REVISÃO**

2017

CCT TÁXIS/FPT

PROJECTO

DE PROPOSTA DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO.

A FECTRANS tem por objetivo regular numa convenção coletiva das condições de trabalho dos trabalhadores das empresas representadas pela Federação Portuguesa do Táxi.

Apresentamos, como propostas reivindicativas centrais, ***uma relação efetiva e permanente de todos os vínculos laborais***, um ***salário*** que responda às necessidades de vida, uma ***definição de funções*** que dignifique a profissão, a ***redução da duração semanal do tempo de trabalho*** e a regulação do mesmo de forma a responder às necessidades sociais dos trabalhadores e a ***anulação das normas gravosas do Código de Trabalho*** particularmente a que estabelece a caducidade das convenções coletivas de trabalho.

A proposta de uma Convenção coletiva, integrará ainda, outras reivindicações específicas considerando a realidade social que se vive neste subsector de atividade, nomeadamente, custos com a ***formação profissional, seguro*** de acidentes de trabalho, ***horário de trabalho, períodos de descanso***, entre outras.

A FECTRANS propõe-se construir com os trabalhadores uma proposta que crie uma convenção coletiva que deve ser apresentada à Federação Portuguesa do Táxi até o dia 30 de outubro. As propostas apresentadas pelos trabalhadores são importantes por isso apelamos a que participem na elaboração da sua proposta.

Regular a atividade profissional, assente no equilíbrio de direitos e deveres é fundamental para dignificar o trabalhador.

O agravamento da injustiça na distribuição do rendimento entre os rendimentos do trabalho e os rendimentos do capital (de empresa e de propriedade) acentuou-se brutalmente a partir de 2010. Os

ordenados e salários passaram de 37,4% do valor do PIB em 2000 para apenas 33,6% em 2015, sendo este o valor mais baixo dos últimos 20 anos.

Propomos estabelecer um salário digno para todos os trabalhadores que substitua a percentagem atualmente praticada no setor.

Oito em cada dez empregos criados em termos líquidos em 2015 não tinha vínculo permanente (25% dos contratos feitos nos primeiros dez meses de 2015 foram com duração inferior a 60 dias), significando que o emprego criado não é estável nem tem qualidade. Neste setor de atividade, salvo raríssimas exceções o trabalho por conta de outrem é extremamente precário em todos os aspetos, desde o vínculo até às condições de trabalho

Propomos que todos os trabalhadores com contratos a prazo ou outros vínculos precários passem a ter um vínculo efetivo e permanente e devidamente regulado no contrato de trabalho.

A FECTRANS sempre se bateu pela limitação do tempo de trabalho para todos os trabalhadores, trabalhem no sector público ou privado. Para todos é válida a semana de referência de 35 horas de trabalho. Sendo verdade que a maioria dos trabalhadores no sector privado tem ainda períodos normais de trabalho (PNT) de 40 horas, os dados disponíveis demonstram que existem pelo menos 366 mil trabalhadores com durações inferiores em resultado, nomeadamente, de acordos consagrados na contratação coletiva.

Propomos que seja estabelecido um calendário para a redução da duração máxima do período normal de trabalho para as 35 horas, de forma progressiva.

O direito de contratação coletiva – um direito fundamental que a Constituição expressamente consagra e atribui aos sindicatos – foi em boa parte posto em causa nos seus aspetos nucleares com a